



**BACHARELADO DE ENFERMAGEM**

**ELIZABETH MACEDO DE ABREU MELO  
EMILIANE ALVES DODO  
FRANCISCA TATYANE DA SILVA ARAÚJO  
GARDÊNIA TOMAZ DOS SANTOS  
JAIRO GOMES DA SILVA  
KARLA SINTIA SOUSA SAMPAIO**

**BAIXA COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS**

**FORTALEZA - CE**

**2023**

ELIZABETH MACEDO DE ABREU MELO  
EMILIANE ALVES DODO  
FRANCISCA TATYANE DA SILVA ARAÚJO  
GARDÊNIA TOMAZ DOS SANTOS  
JAIRO GOMES DA SILVA  
KARLA SINTIA SOUSA SAMPAIO

BAIXA COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS

Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário UniAteneu, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em enfermagem.

Orientadora: Dra. Edina Silva Costa.

FORTALEZA – CE

2023

ELIZABETH MACEDO DE ABREU MELO  
EMILIANE ALVES DODO  
FRANCISCA TATYANE DA SILVA ARAÚJO  
GARDÊNIA TOMAZ DOS SANTOS  
JAIRO GOMES DA SILVA  
KARLA SINTIA SOUSA SAMPAIO

## **BAIXA COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS**

Trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário UniAteneu, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Enfermagem.

Orientadora: Dra. Edina Silva Costa.

Data de aprovação: 30/11/2023

Banca Examinadora:

---

Profa. Edina Silva Costa (Orientadora)  
Titulação máxima

---

Prof. Cicero Mendes Siqueira  
Titulação máxima

---

Profa. Juliana Sampaio dos Santos  
Titulação máxima

## RESUMO

**Objetivo:** Identificar na literatura quais os fatores relacionados a baixa cobertura vacinal entre crianças menores de cinco anos. **Metodologia:** Consistiu em uma revisão integrativa, realizada de março a novembro de 2023, que analisou criticamente estudos sobre vacinação em crianças menores de cinco anos. Utilizando descritores como “vacina”, “Enfermagem”, “crianças”, foram selecionados doze artigos, publicados entre 2018 e 2023, em língua portuguesa e de acesso gratuito, através das bases PUBMED, SCIELO e BDENF. A primeira categoria discutida: **Fatores socioeconômicos:** a relação entre esses fatores e a baixa cobertura vacinal em crianças. A mesma apontou que são numerosos os elementos que podem ser associados à baixa cobertura vacinal em crianças com menos de cinco anos no Brasil. Portanto, a primeira abordagem definida para a elaboração das discussões sobre esse tema foca precisamente nessas questões, à luz da análise de diversos estudiosos. A segunda categoria tem por título: **Desinformação e movimento Antivacinas.** A citada categoria destaca que a propagação da desinformação e o movimento antivacinas contribuem significativamente para a baixa cobertura vacinal, comprometendo a saúde pública e a eficácia dos programas de imunização. **Considerações finais:** a partir da análise da literatura, a educação desempenha um papel crucial na promoção da aceitação das vacinas. Adicionalmente, é essencial enfrentar os efeitos negativos da desinformação e do movimento antivacinas na diminuição da cobertura vacinal. A propagação de informações inadequadas sobre os riscos e benefícios das vacinas pode resultar na hesitação dos cuidadores em buscar a imunização para suas crianças.

**Palavras-chave:** Vacina; Desinformação; Baixa Cobertura; Movimento Antivacina; Crianças.

## ABSTRACT

**Objective:** Identify in the literature which factors are related to low vaccination coverage among children under five years of age. **Methodology:** consisted of an integrative review, carried out from March to November 2023, which critically analyzed studies on vaccination in children under five years of age. Using descriptors such as “vaccine”, “Nursing”, “children”, twelve articles were selected, published between 2018 and 2023, in Portuguese and free access, through the PUBMED, SCIELO and BDENF databases. The first category discussed was: **Socioeconomic factors:** the relationship between these factors and low vaccination coverage in children. She pointed out that there are numerous elements that can be associated with low vaccination coverage in children under five years of age in Brazil. Therefore, the first approach defined for preparing discussions on this topic focuses precisely on these issues, in light of the analysis of several scholars. The second category is titled: **Misinformation and Anti-Vaccines movement:** The aforementioned category highlights that the spread of misinformation and the anti-vaccine movement significantly contribute to low vaccination coverage, compromising public health and the effectiveness of immunization programs. **Final considerations:** based on the literature analysis, education plays a crucial role in promoting the acceptance of vaccines. Additionally, it is essential to face the negative effects of misinformation and the anti-vaccine movement in reducing vaccination coverage. The spread of inadequate information about the risks and benefits of vaccines can result in caregivers hesitating to seek immunization for their children.

**Keywords:** Vaccine; Disinformation; Low Coverage; Anti-Vaccine Movement; Children.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>07</b>
2.1 COBERTURA VACINAL	07
2.2 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BUSCA ATIVA DA IMUNIZAÇÃO	09
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>10</b>
3.1 TIPO DE ESTUDO	10
3.2 LOCAL E PERÍODO	11
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	12
3.4 COLETA DE DADOS	12
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	12
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>13</b>
4.1 FATORES SÓCIOECONÔMICOS	15
4.2 DESINFORMAÇÃO E MOVIMENTO ANTIVACINAS	17
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a criação da primeira vacina no século XVIII, na Inglaterra, muitas outras foram desenvolvidas e aprimoradas, promovendo a prevenção e enfrentamento de inúmeras doenças, sendo algumas delas, erradicadas, como foi o caso da varíola. Contudo, ao longo da História, sempre foi possível perceber certa resistência e descrença por parte da população acerca da confiabilidade e eficácia dos insumos vacinais, questão bastante vislumbrada no recente período pandêmico (APS et al., 2018).

Nessa perspectiva, a vacinação é um método saudável com elevada eficiência reduzindo anualmente o óbito de milhões, contribuindo no combate de diversas patologias, e com isso prologando a expectativa de vida do ser humano (DONNINI et al., 2022).

O processo de vacina brasileira aconteceu no ano de 1804 e desde então, foram desenvolvidas diversas estratégias de divulgação para a sua realização como campanhas publicitárias, políticas públicas direcionadas a educação e conscientização sobre sua eficácia (LIMA et al., 2021).

Não há dúvida de que as vacinas são importantes para proteger a saúde e prevenir doenças imunopreveníveis, especialmente na infância. Por conta disso, autoridades de saúde de todo o mundo criaram cronogramas específicos de vacinas de acordo com cada faixa etária. No Brasil, o Ministério da Saúde implementa programas de vacinação periodicamente, sendo organizadas campanhas de controle e erradicação de doenças por meio da vacinação em massa (MATOS et al., 2022).

Do ponto de vista das políticas públicas, a logística deve ser sistemática revisando e atualizando os protocolos para permitir ações governamentais de imunização mais transparentes, incluindo etapas de licitação, importação e distribuição de vacinas para todos os estados de forma homogênea (NUNES; RIBEIRO, 2022).

Mesmo com toda a crise vivenciada com a pandemia do COVID-19, é possível perceber elevado índice de pessoas que optam por não serem imunizadas, assim como não imunizar seus filhos, não apenas contra o novo Corona Vírus, mas também contra os demais imunizantes (NOBRE; GUERRA; CARNUT, 2022).

Assim, temos como dados epidemiológicos obtidos pelo DataSUS, com atualização em 16 de maio de 2021, mostrando a vacina BCG: com 100% no ano de 2015, já em 2019 com 86,7% seguindo a redução ainda em 2020 com 73,3%. Poliomielite apresenta um percentual de 98,2 % em 2015, 84,2 % em 2019 e 75,9% em 2020. A hepatite B mostra que em 2015 estava

em 90,9 %, em 2019 78,9% e 2020 62,8%. Assim, nota-se o risco de doenças já erradicadas retomarem novamente. (NUNES, 2020).

A vacinação é uma intervenção em saúde, segura, com baixo custo e bastante efetiva, apresentando-se como parte integrante do programa nacional de saúde. Sua aplicação é essencial ao processo de imunização de patologias característico durante os cinco primeiros anos de vida das crianças (MORAIS; QUINTILIO, 2021).

As vacinas destinadas ao público infantil têm início a partir do nascimento da criança, sendo algumas delas: BCG, Hepatite B, Tetravalente, VOP, Febre Amarela, Tríplice Viral e Bacteriana, dentre outras. Destaca-se que algumas são em dose única, enquanto outras tem segunda dose e de dose de reforço. As doenças combatidas por essas vacinas são: Sarampo, Poliomielite, Tétano, Coqueluche, Febre Amarela, Caxumba, Diarreia, Difteria, Meningite, dentre muitas outras tão graves e perigosas quanto as citadas (BRASIL, 2022).

Como é do conhecimento de muitos, o Sistema Único de Saúde (SUS), é reconhecido mundialmente por sua qualidade, principalmente por primar pelos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade. Dessa forma, como maneira de assegurar que a população brasileira tenha acesso a ampla assistência, foi criado no ano de 1973 o Plano Nacional de Imunização (PNI), com o objetivo central de reduzir o índice de mortalidade entre o público infanto-juvenil (SILVA et al., 2021).

Para melhor desenvolvimento das estratégias vacinais, adota-se um calendário elaborado pelo PNI, que visa atender crianças, adolescentes e adultos. Assim, são disponibilizadas quatorze vacinas para crianças, seis para adolescentes e cinco para o público adulto. Ressalta-se que existem estratégias diferenciadas para públicos específicos como: gestantes, quilombolas, povos originários e militares. Porém, apesar de todo o investimento e divulgação de informações, ainda se verifica baixo índice vacinal, principalmente entre crianças de até cinco anos (BRASIL, 2022).

Atualmente uma parcela da sociedade rejeitam a vacinação embasados em informações falsas que proliferam nas redes sociais, essa questão pode incorrer em riscos, ao sucesso já obtido pelo PNI que diminuiu e erradicou doenças infecciosas e melhorou as condições de vida das crianças (MIZUTA et al., 2019).

Enquanto a cobertura nacional da ESF aumentou, a cobertura vacinal diminuiu nacionalmente nos últimos anos. Nesse contexto, esse declínio sinaliza o problema da imunidade coletiva e o risco de recorrência de doenças previamente contidas ou mesmo erradicadas (VIEIRA et al., 2020).

Assim sendo, para o desenvolvimento do presente estudo, partiu-se da seguinte pergunta norteadora: “Quais os fatores relacionados a baixa cobertura vacinal em crianças em seus primeiros cinco anos de vida?”

A pesquisa possui relevância ao evidenciar a importância vacinal em crianças menores de 5 anos, além disso destaca o papel do enfermeiro no processo de conscientização a vacinação. Desse modo, a escolha do tema se deu devido ao aspecto profissional que os pesquisadores possuem com a temática, tendo em vista, a necessidade de melhoria dessa baixa cobertura, para que não haja uma epidemia das doenças graves nas crianças.

Reforça-se à necessidade em se observar os fatores relacionados a baixa cobertura vacinal especialmente quando compreende-se a importância que a vacina tem para prevenção de diversas patologias graves nos primeiros 5 anos de vida. Tomando por base que “vacinas salvam vidas”, é relevante que pais e/ou responsáveis estejam atentos para manter a caderneta de seus filhos atualizada.

Como forma de responder a problemática apresentada, estabeleceu-se como objetivo geral: identificar na literatura quais os fatores relacionados a baixa cobertura vacinal entre crianças menores de cinco anos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 COBERTURA VACINAL**

Edward Jenner, em 1796, descobriu a primeira vacina depois de duas décadas de análises, estudos e experimentos com a varíola bovina, ao qual foi responsável pelas denominações *vaccine* e *vaccination* (derivados do termo latino *vacca*). No século XVIII na Inglaterra foi registrado o óbito de um terço de crianças devido a varíola (APS, 2018).

Quando esse médico britânico descobriu que os pacientes que contraíam a variante humana da varíola, e já haviam sido infectados com a variante bovina, apresentavam manifestações sintomatológicas menos agressiva essa observação possibilitou o controle da varíola, pois com a introdução propositada do agente patológico atenuado em humanos saudáveis estimulando o organismo a desenvolver anticorpos a essa doença (FILHO et al., 2022).

Em relação ao Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) surgiu em 1973 para fornecer acesso universal e contínuo. As vacinas que são ofertadas pelos serviços públicos de

saúde, abrangem todo o território nacional sem custos financeiros aos usuários (BARCELOS et al., 2021).

Relacionado à criação do PNI, o abastecimento de vacinas no Brasil era em grande parte dependente de importações, deixando pouca autonomia e vulnerabilidade para acesso a esses insumos (PERES et al., 2021).

Contudo, o Brasil é pioneiro no oferecimento de diversas vacinas inseridas no calendário do Sistema Único de Saúde, sendo um dos países que concedem de maneira gratuita a população um rol de imunobiológicos (ARAÚJO et al., 2022).

No seu desenvolvimento e licenciamento, as vacinas produzidas no Brasil passam por várias etapas de avaliação de segurança e eficácia. O uso de novas vacinas fica disponível depois de serem aprovadas pelos reguladores (ANVISA). As decisões regulatórias necessárias para autorizar o uso pela população, buscam o equilíbrio dos riscos e benefícios representados em termos de segurança e eficácia (PESCARINI et al., 2021).

Com isso, nos últimos anos, a complexidade do programa de imunização aumentou significativamente, devido a inclusão de diversas vacinas ao calendário de rotina em um curto período. O rápido desenvolvimento deste programa traz consigo novos desafios, dentre eles, é atingir e estabelecer um alto índice de cobertura vacinal no Brasil (FERREIRA et al., 2018).

Além de tudo, existe outro elemento relevante para sistematizar a proteção de crianças, é o uso de vacinas nas idades recomendadas pelo ministério da saúde, sendo assim a idade ideal para vacinação (FERREIRA et al., 2018).

Apesar do sucesso das campanhas globais e nacionais de imunização que erradicaram algumas doenças e a diminuição exponencial de outras, algumas doenças já estão sob controle, como o sarampo em alguns países, entretanto, no Brasil em 2019, ocorreram surtos dessa doença mediante a falta de confiança com a eficácia da vacina e motivos filosóficos e ou religiosos. (NOBRE et al., 2022).

Evidenciar os fatores que influenciam a cobertura vacinal pode reduzir os custos associados aos agravos em consequência da falta de vacinação em crianças, haja vista que a imunização pode diminuir a incidência de óbitos ocasionado por patologias imunopreveníveis (MATOS et al., 2022).

Entretanto, com surgimento de *fake news*, também gerou dúvidas para algumas pessoas, mediante informações incompletas e a disseminação de rumores infundados de efeitos colaterais não comprovados cientificamente dos imunobiológicos (NOBRE, GUERRA, CARNUT, 2022).

A vacinação é um processo ativo que depende principalmente da iniciativa dos responsáveis pela criança. A hesitação dos responsáveis tem impacto negativo na cobertura vacinal, ainda relacionado a covid-19 (MORAIS; QUINTILIO, 2021).

No ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgou os índices de vacinação assustador, onde no Brasil 23 milhões de crianças não se imunizaram, e em comparação a 2019, observou-se um aumento de 3,7 milhões a mais, destaca-se que em 2020 vivenciava-se a pandemia de Coronavírus (MATOS, 2022).

Diante desse cenário, a representatividade das vacinas pode ser destacada como um grande avanço na melhoria da saúde e da qualidade de vida, cada descoberta é destacada como uma nova oportunidade para o ser humano alcançar melhores condições de vida (LIMA et al., 2021).

## 2.2 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BUSCA ATIVA DA IMUNIZAÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) vem trazendo importantes tarefas relacionadas ao acesso a cobertura universal em saúde. Visto que, desde 1994, época em que foi implantada a Estratégia Saúde da Família (ESF), vem buscando fortalecer a atuação com as famílias, trazendo a ideia de organizar o modelo de atenção à saúde (YAKUMA; NEILL; MELO, 2018).

Entretanto, o enfermeiro tem o papel e as responsabilidades do cuidado e suporte humanizado à criança e a família, visando o bem-estar, identificando as necessidades e vulnerabilidades. O cuidado de Enfermagem à saúde da criança vem aprimorando e fortalecendo os saberes compartilhados na atuação com as famílias, assim como a ESF, trazendo o aumento para a reconstrução das práticas de saúde (YAKUMA; NEILL; MELO, 2018).

A prática e os cuidados da Enfermagem acompanham o desenvolvimento histórico referente a promoção em saúde, além de sua construção profissional, empregando-os no seu cotidiano de maneira igualitária, abrangente e universal ao proporcionar o acesso a vacinação (DUARTE et al., 2020).

Nesse entendimento, o Programa Nacional de Imunização (PNI) brasileiro foi reconhecido por suas contribuições significativas para reduzir os indicadores de morbimortalidade, por doenças que podem ser prevenidas com a vacina. Também no cenário Internacional é concebido como um programa que oferece o maior número de imunobiológicos gratuitos ofertados pelo Sistema de Saúde Público (COSTA et al., 2020).

Salienta-se, como é fundamental o desempenho dos enfermeiros na garantia dos resultados favoráveis apresentados pelo PNI, nos diversos setores e serviços de saúde, esses profissionais contribuem ativamente para a garantia de promover os processos de vacinação em crianças, bem como na população adulta (COSTA et al., 2020).

Porém, devido à redução nos últimos anos na cobertura vacinal, observou-se a importância de retornar com políticas públicas mais eficientes e esclarecedoras, principalmente sobre as imunoglobulinas utilizados na fabricação de vacinas, (ARAÚJO et al, 2022), além de estratégias como a busca ativa que pode contribuir no aumento dos índices de imunização (MORILLA, 2021).

Com bastante eficácia, a busca ativa ocorre quando a equipe de enfermagem, juntamente com os ACS, a partir dos dados do Sistema Único de Saúde (SUS), visam encontrar pessoas com o calendário vacinal em atraso e, em seguida, acessam informações para contactar por meio do endereço e números de telefone cadastrados (DOMINGUES et al., 2019).

O rastreo dessas informações, torna-se essencial no monitoramento da cobertura vacinal em populações específicas, e desenvolver estratégias para buscar metas favoráveis a imunização (MORILLA et al., 2021).

Nessa perspectiva, o enfermeiro deve estar ciente do acolhimento aplicado por sua equipe, na sala de vacinação, manter uma comunicação entre os usuários, reforçando sobre a importância da vacina com estratégias educativas, promovendo conscientização em saúde de crianças nos primeiros anos de vida (TRINDADE et al., 2019).

Além da busca ativa, outras ações são importantes para aumentar a cobertura vacinal, dentre elas: ampliar os horários de funcionamento dos postos de saúde para as campanhas multivacinação; formar parceria com a sociedade; manter-se sempre informado guiando-se pelos sites do ministério da saúde e as secretarias estaduais e municipais de sua localidade visando produzir conhecimento assertivo associado a vacinação (DOMINGUES et al., 2019).

Almejando esse processo de conscientização, a sala de vacinação é o ambiente ideal para a equipe de enfermagem desenvolver a educação continuada com os pais das crianças, principalmente com informações que possam sanar possíveis dúvidas sobre a efetividade e segurança das vacinas (MARTINS et al., 2019).

O estabelecimento de uma relação duradoura, entre o enfermeiro e os usuários que utilizam as unidades de saúde básica contribuiu positivamente na imunização, dessa maneira é necessário indicadores de qualidade nos serviços de saúde prestado (DUARTE et al., 2020).

O trabalho dos profissionais de enfermagem visa aumentar a cobertura vacinal, principalmente nas crianças é necessário realizar corretamente a vigilância epidemiológica, pois

esse processo permite verificar o cumprimento dos objetivos traçados para cada vacina e observar a presença de pessoas vulneráveis a patologias imunopreveníveis (OLIVEIRA et al., 2021).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE ESTUDO**

Trata-se uma revisão integrativa da literatura, sendo fundamentado na análise de pesquisas relevantes, que concedem apoio englobando o conhecimento da problemática pesquisada, e corrobora na tomada de decisão e no aperfeiçoamento das ações clínicas, promovendo a síntese de informações que levam a compreensão de um determinado assunto (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A revisão integrativa é um método de pesquisa amplamente usado na área da saúde e em outras disciplinas. Seu objetivo principal é sintetizar o conhecimento disponível sobre um tópico específico, abrangendo estudos de diferentes tipos e métodos. O processo de revisão integrativa passa por várias etapas.

Primeiro, há a formulação da pergunta de pesquisa, que deve ser clara e específica. Em seguida, é realizada uma busca sistemática na literatura em várias bases de dados usando termos de pesquisa relevantes à pergunta. Após a busca, os estudos relevantes são selecionados com base em critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos (BOTELHO; CUNHA; MACEDO 2011).

A qualidade metodológica dos estudos selecionados é avaliada, utilizando ferramentas específicas para cada tipo de pesquisa. Os dados relevantes de cada estudo são extraídos de forma sistemática, incluindo resultados, métodos e características da população estudada. A síntese dos resultados é feita de maneira integrativa, geralmente por meio de uma análise qualitativa, quantitativa ou mista. Os resultados são então discutidos e interpretados à luz da pergunta de pesquisa e dos objetivos da revisão.

Os resultados da revisão são apresentados em um documento que segue as diretrizes da área de estudo. Isso inclui: uma introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusões. Com base na análise dos resultados, são apresentadas as conclusões da revisão e, quando relevante, são feitas recomendações para a prática clínica ou pesquisas futuras.

A revisão integrativa é um método rigoroso que exige abordagem sistemática e análise crítica dos estudos incluídos. Ela contribui para a síntese do conhecimento existente e para o avanço da compreensão de um tópico na literatura acadêmica.

### 3.2 BUSCA NAS BASES DE DADOS

Os dados foram coletados entre os meses de março a novembro de 2023, por ser uma revisão integrativa foram apresentadas categorias que serviram de análise para a discussão sobre a temática investigada.

Foi realizado uma busca por artigos originais, sendo utilizado as bases de dados eletrônicas a seguir: *Library of Medicine National Institute of Health* (PUBMED), *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Os descritores utilizados foram: Vacina, Enfermagem e criança, adotando como operador *booleano OR* e *END*.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Adotou-se como critérios de inclusão artigos originais completos, ano de publicação entre 2018 e 2023, artigos que contemplem os objetivos da pesquisa, em língua portuguesa e artigos gratuitos.

Sobre os critérios de exclusão artigos fora do recorte temporal citado, artigos pagos, incompletos, língua estrangeira, bem como estudos que não foram aplicados em crianças entre os 5 primeiros anos de vida e cobertura vacinal. Totalizando doze artigos para análise final.

### 3.4 COLETA DE DADOS

As buscas realizadas nas bases de dados resultaram nos artigos que embasaram a pesquisa, logo após atenderem a pergunta norteadora e se enquadrarem nos fatores de inclusão e exclusão.

O método que guiou a seleção dos artigos seguiu as etapas descritas no quadro.

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>QUANTITATIVO SEM USO DOS CRITÉRIOS</b>	<b>QUANTITATIVO APÓS A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS</b>
<b>PUBMED</b>	179	02
<b>SCIELO</b>	195	07
<b>BDENF</b>	74	01
	<b>TOTAL= 448</b>	<b>TOTAL= 10</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Análise e discussão dos resultados partiu do confronto de diversas fontes e autores investigados que foram expostos em categorias condizentes aos assuntos: cobertura vacinal e assistência de enfermagem na busca ativa da imunização. Para melhor refinamento dos artigos em questão foi realizado a leitura dos resumos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, analisou-se 10 artigos e, a seguir, apresentar-se-á um panorama geral dos artigos avaliados, com o escopo de identificar na literatura quais os fatores relacionados a baixa cobertura vacinal entre crianças menores de cinco anos.

<b>Quadro 1 – Descrição das variáveis dos artigos selecionados (N = 12)</b>			
<b>Título do artigo</b>	<b>Autor/ano</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Conclusão</b>
Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA, São Luís, Maranhão, Nordeste do Brasil.	SILVA, F. S. et al. / 2018	Coorte prospectiva.	A incompletude vacinal infantil mostra como um dos fatores; trabalho materno fora do lar, baixa escolaridade materna, filhos de mães adolescentes e classe econômica menos favorecidas.
Fatores que interferem no cumprimento do calendário vacinal na infância.	ARAÚJO, M. C. G. et al. / 2020	Pesquisa Qualitativa Descritiva.	O descumprimento das imunizações está relacionado; crianças fora da faixa etária, preocupação com o adoecimento da criança, esquecimento dos pais ou responsável, falta de tempo e falta de imunobiológico no posto.
Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização.	FERREIRA, V. L. R. et al. / 2018	Estudo descritivo.	O Registro de Informações de Imunização (RII) provou ser fundamental na avaliação e acompanhamento das taxas de vacinação, possibilitando análises mais precisas, mostrando uma redução de imunização em momentos de introdução de novas vacinas no calendário vacinal.
Cobertura vacinal em crianças menores de um ano no estado de Minas Gerais, Brasil.	SOUZA, J. F. A. et al. / 2022	Estudo correlacionado de série temporal.	Os diversos fatores relacionados a baixa cobertura vacinal, o presente estudo destacou; fatores contextuais, fatores histórico, socioculturais e econômicos. Indivíduos com baixa renda, pouco nível escolar, residentes em lugares de acesso difícil a serviços de saúde, falta de conhecimento sobre a importância da vacinação.
Tendência da cobertura vacinal em crianças de zero a 12 meses – Piauí, Brasil, 2013-2020.	FREITAS, A. A. et al. / 2022	Estudo correlacionado de série temporal.	O artigo mostrou que a baixa cobertura vacinal, está relacionada a baixa renda familiar, desigualdade social, educação, condições de moradia e comunicação.
Perfil epidemiológico e cobertura vacinal do sarampo no Brasil.	SILVA, A. L. et al. / 2023	Estudo epidemiológico descritivo retrospectivo.	A baixa cobertura vacinal se deu principalmente por movimentos antivacinas, e pelo aumento do fluxo migratório para o Brasil, sendo na maioria dos casos ao refúgio

			de imigrantes de países vizinhos.
Percepção das mães acerca da vacinação infantil em uma estratégia de saúde da família de Tucuruí-PA.	IGREJA, P. N. Et al. / 2020	Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa.	Foi observado como fatores para a baixa cobertura vacinal, a desinformação (informações erradas/incompletas, insuficientes), ideologias religiosas e filosóficas e a falta de conhecimento das epidemias anteriores.
O conhecimento sobre o calendário vacinal infantil até 15 meses de idade entre seus acompanhantes e os profissionais de saúde.	SANTOS, M. Q. S. et al. / 2020	Delineamento transversal, descritivo.	São fatores para a baixa imunização; o medo de vacinar os filhos com a ideia de que a vacinação pode fazer mal para a criança, e a desinformação por achar desnecessário a imunização.
Conhecimento das mães sobre as vacinas administradas aos menores de um ano.	SOARES, J. S. et al. / 2020	Pesquisa de campo do tipo quantitativa.	Este estudo destacou como fatores para a baixa cobertura vacinal; superstições, mitos, religião, crenças e o nível cultural dos cuidadores.
Movimento antivacinação no Facebook®: uma análise crítica da disseminação de notícias falsas.	FERREIRA, M. V. et al. / 2020	Pesquisa exploratória documental, com abordagem qualitativa.	É recomendável destacar a relevância das vacinas na prevenção de doenças e conscientizar sobre a disseminação de informações falsas presentes na internet e nas redes sociais digitais. Nesse sentido, os profissionais de saúde, especialmente aqueles na atenção primária à saúde, devem implementar estratégias para garantir a adesão da população às campanhas de vacinação comunitária.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Após análise dos estudos selecionados foram construídas duas categorias temáticas para discussão.

#### 4.1 FATORES SÓCIOECONÔMICOS

Inúmeros são os fatores que podem ser relacionados a baixa cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos no Brasil. Desse modo, a primeira categoria estabelecida para

o desenvolvimento das discussões em torno da temática, vem abordar justamente essas questões à luz da análise de alguns estudiosos.

De acordo com Souza et al. (2022), a análise das disparidades regionais e municipais, juntamente com os fatores sociais que afetam a saúde e a vulnerabilidade das infraestruturas de vacinação, destaca a complexidade do cenário que influencia a cobertura vacinal infantil ao longo do tempo. A interação significativa desses elementos ressalta a necessidade de abordagens integradas e políticas de saúde que considerem as diferenças geográficas e sociais, visando uma proteção mais eficaz da saúde infantil.

No entanto, Silva et al. (2018) trazem à tona a presença de fatores distintos na incompletude vacinal, especialmente em relação a vacinas novas e antigas. A associação de crianças mais velhas e pertencentes às classes sociais D/E – a sociedade brasileira é dividida em classes sociais: Classe Alta (A), Classe Média (B), Classe Baixa (C) e as Classes de Pobreza (D) e Extrema Pobreza (E) – com a incompletude vacinal para vacinas novas, evidencia desafios específicos nesse contexto. Além disso, a influência de variáveis, como baixa escolaridade materna, falta de acesso a atendimento ambulatorial ou hospitalar para crianças e a indisponibilidade de vacinas nos serviços de saúde destaca aspectos críticos para uma análise mais abrangente.

Ambos os estudos revelam a necessidade de estratégias que não apenas abordem as diferenças regionais, mas também considerem as particularidades associadas a diferentes faixas etárias e classes sociais, buscando uma abordagem mais holística para a promoção da cobertura vacinal. Adicionalmente, destaca-se a importância de investimentos em educação e acesso a serviços de saúde, visando mitigar fatores como a baixa escolaridade materna e a falta de acesso a atendimento. Além disso, a conscientização sobre a importância da vacinação, aliada a políticas públicas que garantam a disponibilidade regular de vacinas, é crucial para enfrentar os desafios identificados, promovendo uma cobertura vacinal abrangente e equitativa.

Além disso, também foram identificados fatores de risco comuns tanto para a incompletude vacinal em relação às vacinas novas, quanto às antigas. Estes incluem: viver com um ou mais irmãos, ter mães adolescentes, gravidez não planejada, fizeram menos de seis consultas pré-natais e iniciaram o pré-natal no terceiro trimestre.

Em estudo realizado por Silva et al. (2023), a análise dos aspectos socioeconômicos e sua correlação com a baixa cobertura vacinal ressalta a complexidade das variáveis que impactam a incidência e mortalidade do sarampo no Brasil. A importância das condições socioeconômicas, estado nutricional e sistema imunológico destaca a necessidade de estratégias abrangentes que abordem não apenas as disparidades socioeconômicas, mas também

promovam a educação sobre vacinas e saúde. A falta de conhecimento sobre vacinas e doenças imunopreveníveis emerge como um fator significativo para a baixa cobertura vacinal, apontando para a importância crucial da conscientização pública.

No estudo de Igreja et al. (2020), apesar do nível de escolaridade limitado das mães, destaca-se a compreensão da importância da vacinação na prevenção de diversas doenças. No entanto, o enfrentamento de desafios relacionados ao conhecimento específico das vacinas e sua relação com doenças infecciosas revela a complexidade da comunicação sobre imunização.

Os pesquisadores ressaltam a necessidade de estratégias que considerem as condições socioeconômicas, mas também abordem lacunas específicas no conhecimento, promovendo uma abordagem mais abrangente e eficaz. A educação sobre vacinas, aliada a políticas que enfrentem tanto as discrepâncias socioeconômicas, quanto as lacunas de conhecimento, emerge como um caminho crucial para melhorar as taxas de vacinação e, conseqüentemente, fortalecer a saúde pública no país.

No estudo desenvolvido por Santos et al. (2020), é apresentada uma perspectiva distinta, destacando que o grupo de entrevistados possui um nível de instrução significativo, com 82% deles concluindo o ensino médio ou possuindo grau de instrução superior. Essa característica facilita a compreensão das atividades de imunização e seus efeitos, revelando que um maior nível de instrução está associado a uma maior adesão à vacinação e compreensão de sua importância individual e coletiva. A receptividade elevada desse grupo aos programas de vacinação sugere que políticas de saúde focadas em informação podem ser eficazes quando direcionadas ao público mais instruído.

Relacionando esse estudo com os anteriores, nota-se uma complementariedade em relação aos fatores determinantes para a baixa cobertura vacinal. Enquanto Silva et al. (2023) e Igreja et al. (2020) enfatizam a influência de fatores socioeconômicos e lacunas de conhecimento, respectivamente, Santos et al. (2020) destaca a importância do nível de instrução na promoção da vacinação. Uma abordagem crítica deve considerar que, embora o nível educacional possa ser um facilitador, outras questões, como acesso a informações e conscientização, continuam a desempenhar papéis cruciais. Portanto, estratégias integradas que abordem múltiplos aspectos, como educação, conscientização e acesso, são essenciais para uma abordagem abrangente na promoção da vacinação e melhoria da saúde pública.

## 4.2 DESINFORMAÇÃO E MOVIMENTO ANTIVACINAS

A desinformação ocorre quando as pessoas não têm acesso a informações precisas e relevantes sobre determinados tópicos. Isso pode ser devido a várias razões, como desigualdades no acesso à educação, falta de acesso à internet ou barreiras linguísticas. A falta de informação pode resultar em decisões inadequadas, falta de conscientização e participação limitada na sociedade. É um desafio importante que precisa ser abordado para garantir uma sociedade mais justa e inclusiva (VIGNOLI; RABELLO; ALMEIDA, 2021).

A disseminação de notícias falsas é facilitada pela dispersão rápida de informações através das mídias sociais e outros canais *online*. Isso pode ser prejudicial, pois influencia o pensamento e as ações das pessoas, afetar a confiança na mídia e até mesmo impactar a política e a estabilidade social (D'ALMONTE; SIQUEIRA; SILVA, 2023).

Segundo os autores acima citados, os movimentos antivacinas são constituídos por grupos de pessoas que se opõem à vacinação, muitas vezes com base em crenças infundadas ou informações erradas sobre os riscos associados às imunização. Esses movimentos podem ser particularmente perigosos, pois podem favorecer a taxas mais baixas de vacinação, aumentando o risco de surtos de doenças possivelmente evitáveis. A falta de confiança nas vacinas também pode ser prejudicial à saúde pública e à segurança de comunidades inteiras.

É importante reconhecer que a desinformação e os movimentos antivacinas não são novos e têm raízes em desconfianças históricas, teorias da conspiração e falta de alfabetização em saúde. Abordar esses problemas requer esforços significativos em várias frentes (VIGNOLI; RABELLO; ALMEIDA, 2021).

Promover a alfabetização midiática, ou seja, desenvolver e disponibilizar ferramentas que possam ser adotadas pela mídia para facilitar a compreensão das pessoas sobre a importância das vacinas em todas as fases da vida, respeitando o calendário vacinal, bem como a educação em saúde para ajudar a sociedade a avaliar criticamente as informações que encontram. Jornalistas e meios de comunicação devem se esforçar para fornecer informações precisas e verificar os fatos antes de publicar. As autoridades devem considerar a regulamentação de plataformas de mídia social e ações legais contra a disseminação de notícias falsas. Além disso, as autoridades de saúde devem comunicar de maneira clara e transparente, abordando preocupações legítimas e fornecendo informações precisas (VIEIRA, 2021).

Segundo Vignoli et al. (2022), educar as pessoas sobre os benefícios das vacinas e desmistificar mitos associados a elas é essencial para aumentar as taxas de vacinação. Garantir que as pessoas tenham acesso a informações corretas e concretas, independentemente de sua localização, idioma ou *status* socioeconômico, é igualmente importante. Abordar desigualdades

no acesso à educação, à internet e aos serviços de saúde é fundamental para resolver esses problemas de maneira abrangente.

De acordo com Santos et al. (2020), acerca da falta de informação ou perspectivas errôneas por parte de pais e responsáveis, os autores afirmam que o acesso à informação desempenha um papel fundamental. O Sistema Único de Saúde (SUS), notadamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), adota uma estratégia valiosa de explicar e divulgar informações de maneira acessível sobre doenças imunopreveníveis e doenças crônicas, além de promover ações educativas para a comunidade local. Isso se baseia na premissa de que ao compreender as causas, consequências e modos de transmissão de diversas patologias, a população é mais propensa a aderir ao tratamento e, o que é ainda mais importante, a prevenir tais doenças.

Contudo, Soares et al. (2020) vêm destacar que diversos outros elementos podem influenciar a resistência das mães em relação à vacinação. Entre esses fatores, algumas delas experimentam temor em relação à dor causada pela administração das vacinas. Outras, por sua vez, temem que a imunização possa fazer mal aos seus filhos, enquanto algumas ainda expressam desconfiança na eficácia das vacinas em si. Além disso, a falta de acesso também pode exercer um papel significativo nessa questão, particularmente em comunidades onde é desafiador chegar aos postos de vacinação. A falta de educação formal, convicções religiosas e a imaturidade decorrente da juventude da maternidade são elementos adicionais a serem considerados.

Outro ponto verificado é a baixa cobertura vacinal associada à introdução de novos imunizantes, sendo essa uma preocupação significativa para a saúde pública. Embora a expansão do programa de imunização seja essencial para prevenir doenças graves, a aceitação de novas vacinas pode ser desafiadora devido a fatores como a desinformação, o ceticismo em relação à segurança e eficácia, bem como questões culturais e religiosas (FERREIRA et al., 2018).

Para abordar esse problema, é vital estabelecer estratégias eficazes de comunicação e educação que destaquem a importância desses novos imunizantes, esclareçam mitos e preocupações, além de promover a confiança nas autoridades de saúde e profissionais médicos. A colaboração entre governos, profissionais de saúde e a comunidade é fundamental para garantir uma cobertura vacinal adequada, garantindo a proteção coletiva contra doenças evitáveis por vacinação (FERREIRA et al., 2018).

Segundo Silva et al. (2018), as mães pertencentes às classes menos privilegiadas, devido ao acesso limitado aos serviços de saúde, podem não ter buscado essas novas vacinas,

possivelmente por causa da falta de conhecimento sobre sua disponibilidade. No entanto, de acordo com os autores, é importante ressaltar que a falta de acesso não é o único fator que contribui para a baixa adesão às vacinas. Barreiras culturais e desinformação também desempenham um papel significativo nesse cenário. Portanto, além de melhorar o acesso aos serviços de saúde, é imprescindível investir em programas educacionais que tratem da relevância da vacinação e desmintam equívocos.

Segundo a pesquisa conduzida por Ferreira (2020), o aumento da adesão a grupos contrários à vacinação tem suscitado preocupações no Ministério da Saúde, especialmente diante da notável redução na cobertura de alguns imunizantes oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2016, a meta estabelecida para a segunda dose da vacina tríplice viral era de 95%, entretanto, apenas 76,7% da população foi vacinada. No mesmo ano, o país enfrentou um surto de caxumba, registrando também a menor cobertura vacinal contra a poliomielite em 12 anos. É importante destacar que a poliomielite foi erradicada do Brasil em 1994, mas a imunização alcançou apenas 84% da população.

Essa situação levanta diversas preocupações sobre a eficácia das campanhas de vacinação e a participação da população nessas iniciativas de saúde. A queda na cobertura vacinal, especialmente em casos de doenças já erradicadas, evidencia a influência negativa dos grupos antivacionistas. A falta de adesão à imunização compromete a proteção coletiva, aumentando o risco de surtos e a reintrodução de doenças que poderiam ser prevenidas. Desse modo, uma análise crítica desses movimentos antivacina é essencial, ressaltando a importância de abordagens educativas e de comunicação eficazes para combater a desinformação e promover a saúde pública.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise aprofundada dos fatores associados à baixa cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos revela uma complexidade multifatorial que permeia essa problemática de saúde pública. Ao focalizar a atuação da equipe de enfermagem diante desse desafio, emerge a necessidade de estratégias abrangentes e direcionadas, que considerem não apenas aspectos clínicos, mas também sociais e educacionais. O papel crucial desempenhado pela equipe de enfermagem transcende a simples administração dos imunizantes, exigindo uma abordagem proativa na identificação e mitigação dos determinantes subjacentes à baixa adesão.

A revisão da literatura evidencia que a eficácia das campanhas de vacinação está intrinsecamente ligada à compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para a subcobertura vacinal. Entre esses fatores, destaca-se a falta de informação e conscientização por parte dos responsáveis, a infraestrutura precária nos serviços de saúde e as barreiras socioeconômicas. A equipe de enfermagem, como agente de interface direta com a comunidade, assume um papel vital na disseminação de conhecimento, na promoção de medidas preventivas e na superação de barreiras logísticas que prejudicam a adesão vacinal.

A literatura revisada sugere que a educação é um elemento-chave na promoção da adesão vacinal. Nesse contexto, a equipe de enfermagem desempenha um papel preponderante na capacitação de profissionais de saúde, na disseminação de informações claras e acessíveis à comunidade e na formulação de estratégias de comunicação culturalmente sensíveis. O estímulo à formação de líderes comunitários e a incorporação de práticas culturais na abordagem da equipe de enfermagem são passos cruciais para garantir a aceitação e a eficácia das campanhas de vacinação.

Além disso, é imperativo abordar o impacto da desinformação e dos movimentos antivacinas na baixa cobertura vacinal. A disseminação de informações incorretas sobre os riscos e benefícios das vacinas contribui para a hesitação dos responsáveis em buscar imunização para suas crianças. A equipe de enfermagem, portanto, desempenha um papel crucial no combate à desinformação, promovendo a divulgação de dados embasados cientificamente, esclarecendo mitos e destacando a importância das vacinas na prevenção de doenças graves.

Destaca-se ainda, a necessidade de políticas públicas e diretrizes governamentais que respaldem e fortaleçam a atuação da equipe de enfermagem na promoção da cobertura vacinal. Investimentos em capacitação profissional, melhoria da infraestrutura de saúde e implementação de estratégias inovadoras são elementos-chave para potencializar a eficácia das intervenções dos profissionais responsáveis.

A abordagem da equipe de enfermagem frente à baixa cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos deve transcender a simples aplicação de vacinas, abraçando uma perspectiva holística que incorpora a educação, a conscientização, a personalização e à colaboração interdisciplinar. A construção de uma rede de apoio sólida, que envolva diversos setores da sociedade, é crucial para enfrentar os desafios complexos que permeiam esse cenário. A atuação da equipe de enfermagem, ancorada nessas premissas, pode ser a peça-chave na promoção de uma cobertura vacinal mais abrangente e, conseqüentemente, na proteção da saúde infantil.

## REFERÊNCIAS

APS, L. R. M. M. et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. **Rev. Saúde Pública**. p. 52- 40, 2018.

ARAÚJO, G. M, et al. A importância da vacinação como promoção e prevenção de doenças: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**. p 1-10, 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.610, de 19 fevereiro de 1989**.

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **PNI: entenda como funciona um dos maiores programas de vacinação do mundo**. 2022. [On-line]. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/pni-entenda-como-funciona-um-dos-maiores-programas-de-vacinacao-do-mundo>>. Acesso em abr. 2023.

CORRÊA, S. M. C. et al. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 4, p. 7030-7030, 2021.

COSTA, K. M. M.; SANSON, M. C. G.; SANTOS, M. T. L. Reemergência de doenças imunopreviníveis na infância: sarampo e poliomielite. In: **Associação Brasileira de Enfermagem, Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras**; Gaiva MAM, Toso BRGO, Mandetta MA, organizadoras. PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Saúde da Criança e do Adolescente: Ciclo 15. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2020. p-125-56. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v.2).

COSTA, R. O, et al. Eficácia da simulação no ensino de imunização em enfermagem: ensaio clínico randomizado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. vol 19, (28), p 1-10, 2020.

D'ALMONTE, E. F.; SIQUEIRA, E. L.; SILVA, G. A. Vacinas e desinformação: uma análise de conteúdo sobre fake news apuradas por plataformas de debunking em redes sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2023. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3821>>. Acesso em: 30 out. 2023.

DE ABREU OLIVEIRA, G. C. et al. Assistência de enfermagem no processo de imunização: revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 7381-7395, 2021.

DO VALE ZINELLI, A. G. et al. Imunização na Atenção Básica: Ações do Enfermeiro/Immunization in Primary Care: Nurse's Actions. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 47, p. 499-507, 2019.

DUARTE, D. C, et al. Vacinação como demanda programada: vivências cotidianas de usuários. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 73 (4), p 1-8, 2020.

FERREIRA, Vinicius Leati de Rossi, et al. Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização. **Cadernos de Saúde Pública**. 34 (9), p 1-11, 2018.

FERREIRA, M. V. et al. Movimento antivacinação no Facebook®: uma análise crítica da disseminação de notícias falsas. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v.6, n.9, p.66669-66685. Set, 2020.

FILHO, Alexander de Sá Vilela, et al. Vacinas para Covid-19: Uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.1, p.1880-1901 jan. 2022.

FLORES, P. C. B. et al. Ações do enfermeiro na estratégia saúde da família frente a poliomielite no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.4, p.14539-14550 jul./ago. 2021.

LIMA, A. M. B, et al. Origens históricas da vacinação no Brasil. **Revista Científic@ Multidisciplinary Journal**. V.8 N.2, p 1-9, nov. 2021.

MARTINS, J. R. T, et al. O cotidiano na sala de vacinação: vivências de profissionais de enfermagem. **Av Enferm**. 37(2), p 198-207, 2019.

MATOS, A. B. O. V. et al. Análise dos fatores atrelados ao atraso vacinal em crianças: um olhar à luz das Evidências. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, 2022.

MIZUTA, A. H, et al. Percepções acerca da vacinação e da recusa vacinal. **Revista Paulista Pediatria**. 37(1), p 34-40, jan-mar, 2019.

MORILLA, J. L, et al. A importância do conhecimento sobre as vacinas e o impacto na cobertura vacinal. **Revista de Atenção à Saúde**. São Caetano do Sul, SP, v.19, n. 67, p. 175-188, jan./mar. 2021.

NOBRE, Roberta; GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CARNUT, Leonardo. Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 1, p 303-321, Mar2022.

NUNES, L. Cobertura vacinal no Brasil. **Instituto de Estudos para Políticas de Saúde** disponível em: [https://apps.who.int/immunization\\_monitoring/globalsummary/incidences?c=BRA](https://apps.who.int/immunization_monitoring/globalsummary/incidences?c=BRA).

OLIVEIRA, G. C. A, et al. Assistência de enfermagem no processo de imunização: revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p. 7381-7395 Jan. 2021.

PEREIRA, G. H, et al. Contribuições da enfermagem no processo de imunização da população: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v 12, n. 3, 2023.

PERES, Kaite Cristiane, et al. Vacinas no Brasil: análise histórica do registro sanitário e a disponibilização no Sistema de Saúde. **Revista ciência e saúde coletiva**. 26, (11), p 5510 - 5522, nov. 2021.

PESCARINI, Julia Moreira, et al. Métodos para avaliação da efetividade de vacinas para COVID-19 com ênfase em abordagens quase-experimentais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 26(11): p 5599-5614, 2021

SANTOS, A. C. L. **Percepções de enfermeiros frente à vacinação infantil em região interiorana de Goiás**. 2021. Orientação de Elias Emanuel Silva Mota; Goianésia: Faculdade Evangélica de Goianésia, 2021, 30p. Monografia de Graduação.

SHIMIZU, N. R. Movimento Antivacina: A Memória Funcionando No/Pelo (Per)Curso Dos Sentidos E Dos Sujeitos Na Sociedade Urbana: A Memória Funcionando No/Pelo (Per)Curso Sentidos E Dos Sujeitos Na Sociedade Urbana. **Revista do Edicc**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-11, out./2018. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5963>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILVA, J. A. et al. Avaliação da cobertura vacinal no Brasil antes e durante a pandemia de COVID-19. **Revista Multidisciplinar em Saúde**. [S. l.], v. 2, n. 4, p. 27, 2021.

SOUZA, J. F. A. et al. Cobertura vacinal em crianças menores de um ano no estado de Minas Gerais. **TEMAS LIVRES • Ciênc. saúde coletiva** 27 (09), Set 2022.

VIEIRA, E. W. et al. Estrutura e Localização dos Serviços de Vacinação Influenciam a Disponibilidade da Tríplice Viral no Brasil. **Revista Mineira de Enfermagem**, 24: p 1-6, 2020.

VIEIRA, Larissa Machado. **Antivacinação, Redes Sociais e Desinformação [manuscrito]: uma análise em um grupo do Facebook através da mineração de dados**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2021.

VIGNOLI, G.; RABELLO, R.; ALMEIDA, C. C. Informação, Misinformação, Desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 26, p. 01–31, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/75576>>. Acesso em: 30 out. 2023.

VIGNOLI, R. G. et al. Movimento antivacina e hesitação vacinal na covid-19: reflexões e percepções para a ciência da informação. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 457–484, 2022. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44320>>. Acesso em: 30 out. 2023.

YAKUMA, M. S; NEILL, S; MELLO, D. F. Estratégias de enfermeiros para a vigilância à saúde da criança. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. 26, p 1-18, 2018.